

PADRÕES VARIÁVEIS DE CONCORDÂNCIA VERBAL EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR: RESTRIÇÕES E AVALIAÇÃO*

Silvia Rodrigues Vieira
(UFRJ)

Juliana Cristina de Paula Pires
(Doutora pela UFRJ)

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados do estudo sociolinguístico das normas variáveis de concordância verbal de terceira pessoa do plural praticadas por estudantes em redações de vestibular, contexto de alto grau de monitoração estilística. Tomando por base os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2003), objetiva-se (i) descrever o comportamento da regra variável, definindo os fatores linguísticos atuantes (restrictions problem), e (ii) caracterizar o valor social das variantes no contexto de avaliação escolar (evaluation problem). O corpus é constituído de 400 redações do vestibular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, distribuídas em quatro conceitos, a depender da nota recebida pelo texto no quesito “atendimento ao padrão culto escrito” – 0,5 (meio); 1,0 (um); 1,5 (um e meio); 2,0 (dois). Por meio da correlação entre as notas recebidas pela redação no quesito “atendimento ao padrão culto escrito” e o uso variável da (não)-concordância verbal, pretende-se analisar a avaliação subjetiva das formas alternantes no contexto de avaliação escolar.

PALAVRAS CHAVE: Concordância verbal; Variação linguística; Avaliação.

1. Concordância verbal e ensino de português: delimitação do tema

“A variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 485) é uma regra prevista pelas gramáticas normativas, que prescrevem a concordância, esteja o sujeito explícito ou não, anteposto ou posposto ao verbo. Ao que tudo indica, a não realização do traço morfológico de concordância verbal possui forte valor sociolinguístico: é um traço estigmatizante de diferenciação social. Por esse motivo, o tema costuma ser valorizado em sala de aula, especialmente no que tange à avaliação da produção textual dos alunos. Não obstante os esforços por parte dos professores de Língua Portuguesa em transmitirem a regra de concordância verbal, não são raros os casos de alunos que, apesar dos longos anos de estudo formal, não dominam essa regra.

A disparidade entre o que recomenda a tradição gramatical e o que brasileiros efetivamente aplicam como regra de uso sugere que a presença ou a ausência de marcas morfológicas de 3ª pessoa plural sinaliza variedades, registros e modalidades diversos, que, em conjunto, constituem uma complexa rede variável e configuram genericamente o que é intitulado Português do Brasil (PB). Não são poucos os estudos que atestam que o caráter variável da concordância verbal no PB não se restringe a uma região ou classe social específica, seja na modalidade oral, seja na escrita. Trabalhos como os de Graciosa (1991), Vieira (1995), Scherre & Naro (1997), Monguilhot & Coelho (2002), Naro & Scherre (2007); Lucchesi (2009); Brandão & Vieira (2012), dentre outros, mostram que, embora diversas variedades confirmem a existência de fortes restrições estruturais, elas se diferenciam quanto aos índices de realização das marcas morfológicas, que variam de 16% (nas comunidades afro-brasileiras baianas) a cerca de 94% (dados urbanos da capital do Rio de Janeiro), configurando o que Lucchesi intitulou um quadro de polarização sociolinguística. Em outras palavras, há concretizações que vão de regras produtivamente variáveis a regras semicategóricas de concordância.

A discussão midiática, no ano de 2011, a respeito da apresentação da regra variável de concordância em determinado livro didático utilizado na educação de jovens e adultos é emblemática quanto à relevância do conhecimento sociolinguístico acerca da concordância. O fato de tal livro tratar da variação linguística e legitimar o uso tanto da

variante padrão quanto da não padrão gerou grande alvoroço em vários setores da sociedade e trouxe à tona o delicado assunto do preconceito linguístico. Os métodos didático-pedagógicos utilizados nas escolas pautam-se, muitas vezes, exclusivamente na tradição gramatical; assumem por pressuposto a existência de uma norma absolutamente homogênea e classificam qualquer desvio a essa norma como erro. Esse perfil pedagógico, que caracteriza a diversidade de normas como uma deficiência a ser sanada pelo estudo formal, desvaloriza as singularidades linguístico-culturais apresentadas pelos diversos alunos; em vez de propor a ampliação das normas a serem dominadas pelos estudantes, o ensino acaba por disseminar sua substituição.

No que diz respeito à concordância verbal, sabe-se que métodos que se limitam à apresentação do paradigma do sistema flexional têm se mostrado, ao longo dos anos, ineficazes. É nesse contexto que se reconhece claramente a importância das pesquisas sociolinguísticas, uma vez que é indispensável conhecer os mecanismos que atuam (des)favorecendo a realização dos morfemas número-pessoais na fala e na escrita. Somente por meio da compreensão dos fatores que atuam na realização de uma ou outra variante, será possível promover o acesso às regras que não são vernaculares para a maioria dos estudantes. Desse modo, compreender os principais pontos de dificuldade de aprendizagem do sistema flexional enfrentados pelos alunos constitui etapa relevante para o acesso a estruturas presentes em textos diversos orais ou escritos, com os quais os estudantes devem ter contato nas várias etapas de letramento que a escola lhes permitirá experimentar. Em última instância, promover o acesso a qualquer variante da Língua Portuguesa acarreta colaborar para o desenvolvimento das habilidades de leitura e produção textual.

Neste artigo, analisam-se, especificamente, o uso e a avaliação da concordância verbal de terceira pessoa do plural em redações do exame de admissão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com base nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança. Pretende-se verificar se a concordância verbal é um fenômeno que se efetiva como uma regra variável no gênero redação em concurso e, em caso positivo, qual é a distribuição das variantes pelos contextos observados.

Em se tratando de uma regra efetivamente variável, interessa, neste artigo, fundamentalmente, (i) descrever o comportamento da regra, definindo os fatores linguísticos atuantes na amostra em estudo (*restrictions problem* – problema das restrições), e (ii) apresentar refle-

xões acerca do valor das variantes no contexto de avaliação escolar (evaluation problem – problema da avaliação). Como hipóteses gerais, postula-se (i) que a marcação morfológica da concordância padrão seja muito produtiva, devido ao contexto de alto grau de monitoração estilística do corpus em análise, e (ii) que haverá alguma relação, ainda que discreta, entre as notas atribuídas ao quesito atendimento ao padrão culto e os índices de concordância padrão.

2. Aspectos teórico-metodológicos: da Teoria da Variação e Mudança

Tendo em vista a análise da regra variável, o presente estudo pauta-se no aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Sociolinguística Laboviana (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2003), uma vez que esse aporte permite compreender os fatores que influenciam a regra variável e, assim, sistematizar o fenômeno no corpus em estudo. Essa teoria parte do pressuposto de que a variação é um fato inerente às línguas e que não ocorre de forma aleatória, mas é sistemática e passível de descrição científica. Labov (2003) propõe três categorias de regras linguísticas a depender de suas características, em termos qualitativos, e do percentual de frequência de determinada variante. Segundo essa proposta, uma regra é considerada categórica quando opera com uma frequência de 100%; semicategórica quando opera com uma frequência entre 95 e 99%; e variável quando opera com uma frequência entre 5 e 95%.

Considerando essa complexa rede de manifestações do fenômeno variável, a delimitação das normas linguísticas de uso sempre pressupõe heterogeneidade, pluralidade, o que de modo algum invalida o conceito de norma(s) na concepção sociolinguística do termo. Faraco (2008), levando em conta o uso generalizado da expressão “norma culta”, propõe um tratamento particular para a polissemia que envolve a concepção de norma(s). No plano idealizado – aquele que se refere às normas formuladas por quem quer que seja –, o autor distingue, primeiramente, a norma gramatical – idealizada por filólogos renomados e codificada em manuais tradicionais, como gramáticas e dicionários, contemplando o que seria “o conjunto de fenômenos apresentados como cultos/comuns/standard por esses gramáticos” (FARACO, 2008, p. 81) – da norma-padrão, aquela norma estabilizada, que resulta de um proces-

so histórico fortemente unificador, especialmente para a escrita, idealizada nos meios sociais letrados como forma de neutralizar a variação e controlar a mudança¹. No que se refere ao plano das realizações concretas, o autor trata especificamente do conjunto de formas linguísticas que são de uso comum e preferencial em determinado grupo social, que podem ser quantitativamente atestadas nas descrições (sócio)linguísticas. Dentre essas normas, figura, ao lado de diversas variedades, a chamada norma culta (ou variedade culta), que corresponderia aos usos linguísticos praticados pelo grupo social escolarizado e que domina a fala e a escrita típica de meios letrados.

Quanto à comparação entre os planos idealizado e concreto, propõe o próprio autor:

Se a norma culta/comum/standard é a variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas (...) um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização.

Enquanto a norma culta/comum/standard é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística. (FARACO, 2008, p.73)

Estudos científicos diversos permitem atestar que não há correspondência total nem entre a norma culta (na verdade, o conjunto de variedades cultas, normas efetivamente usadas) e a norma-padrão (aquele construto abstrato idealizado pelos indivíduos da cultura letrada), nem muito menos entre a norma culta e aquela que é proposta em instrumentos normativos, a norma gramatical, cujos objetivos são declaradamente outros, os quais se referem à descrição/prescrição baseada, mais usualmente, nas estruturas registradas na escrita literária. Faraco adverte que, embora a norma culta seja a mais próxima da norma-padrão, já que os usuários da primeira seriam os supostos idealizadores da segunda, as forças inevitáveis que operam historicamente em prol da variação e mudança geram um natural distanciamento entre essas normas.

Tendo a escola que lidar com a propagação das variedades cultas para alunos que dominam diversas outras variedades sociais, é preciso que o professor tenha clara a complexidade do quadro de variação

linguística, com que tem de lidar diariamente. Voltada especialmente para a caracterização do Português do Brasil, Bortoni-Ricardo (2005) propõe que se faça a descrição dos dados variáveis consoante três contínuos básicos: (i) o rural-urbano – do rural ao urbano, passando por expressões do “rurbano” (áreas intermediárias com características mistas, que agregariam traços rurais e urbanos); (ii) o de monitoração estilística – do mais monitorado ao menos monitorado; e (iii) o de oralidade-letramento – dos eventos de oralidade aos eventos de letramento.

Concebendo a existência de contínuos ao longo dos quais se distribuem as variantes linguísticas, a norma culta ou a configuração das variedades de prestígio social toma forma específica. Como propõe Cyranka (2011, p. 28), ela seria constituída pelos “usos linguísticos do grupo social situado no extremo do contínuo do letramento e que se caracteriza pelo convívio com práticas sociais de uso formal da fala e da escrita”. Assim sendo, interessa conhecer especialmente a frequência de uso das variantes linguísticas pelas diversas classes e práticas sociais.

Outro fator relevante na caracterização do que se concebe como variedades/normas em uso refere-se à maneira como os falantes avaliam as formas alternativas. É dessa avaliação que resulta o interesse, normalmente inconsciente, em pertencer ou não a determinados grupos sociais. A apreciação que se faz das formas alternantes acaba por lhes atribuir valores sociolinguísticos diferenciados, que podem variar entre uma avaliação explicitamente negativa, configurando estereótipos linguísticos, até uma falta de avaliação no plano da consciência, configurando um quadro de mero indicador linguístico, consoante a proposta de Labov (1972). Em nível intermediário, figuram os chamados marcadores sociolinguísticos, variantes em relação às quais os falantes teriam certo grau de consciência do (des-)prestígio social da regra, mas cujo emprego seria motivado pelas situações de maior ou menor monitoração estilística, por exemplo.

Para a observação das formas alternantes de concordância, foram utilizadas 400 redações do exame de admissão da UFRJ, estratificadas em quatro conceitos – 0,5 (meio); 1,0 (um); 1,5 (um e meio); 2,0 (dois) – a depender da nota recebida pelo texto no quesito “atendimento ao padrão culto escrito”. Foram levantadas todas as ocorrências de sujeito na terceira pessoa do plural, considerando-se apenas os casos de concordância para os quais a gramática tradicional não prevê variação. Pretende-se identificar e descrever os fatores que condicionam a regra,

por meio da análise de variáveis já controladas em outros estudos sobre o fenômeno, notadamente o estudo de Brandão, & Vieira (2012). Ademais, por meio da correlação entre as notas recebidas pela redação no quesito “atendimento ao padrão culto escrito” e as práticas variáveis de (não)-concordância verbal, pretende-se analisar a avaliação subjetiva das variantes por parte do professor no contexto de avaliação escolar.

A escolha do material a ser investigado deveu-se: (i) ao fato de não existirem estudos que trabalhem o tema em redações de vestibular da referida instituição; (ii) ao interesse em analisar a influência do ensino formal na produção textual dos estudantes, já que a escola é responsável por garantir ao aluno acesso às formas socialmente privilegiadas; e (iii) à possibilidade de reflexão acerca da avaliação subjetiva das variantes por parte dos professores que compõem a banca corretora das redações, uma vez que se teve acesso às notas recebidas pelos textos em cada um dos quesitos avaliados.

3. As variáveis controladas

A variável dependente, relativa à concordância verbal, é composta por duas formas alternantes: presença ou ausência de marca morfológica de concordância padrão. Dentre as regras variáveis existentes na língua, os casos de não aplicação da regra de concordância de número (tanto verbal quanto nominal) constituem um dos principais alvos de apreciação negativa, configurando notável desprestígio. Sabe-se que os valores sociais atribuídos às variantes geralmente traduzem oposições entre classes sociais, podendo determinar o tipo de inserção do falante na escala social (MOLLICA; BRAGA, 2002, p. 13).

Estabeleceu-se o grupo de controle “Avaliação do professor no quesito padrão culto escrito”, a fim de melhor visualizar a distribuição das variantes nos diferentes grupos de redações, divididas a partir das notas recebidas pelos textos. As variáveis independentes controladas neste estudo são de caráter estrutural.

3.1 Grupo de controle “avaliação das redações”

Dos cinco problemas fundamentais que interessam ao estudo da variação e mudança propostos por Weinreich, Labov e Herzog (1968) – os fatores condicionadores (as restrições); a transição; o encaixamento; a implementação e a avaliação das variantes –, interessa, no controle do julgamento das redações, a questão da avaliação das variantes. O grupo de controle – que se relaciona às atitudes linguísticas – é a “ava-

liação do professor no quesito atendimento ao padrão culto escrito”, que se refere à nota atribuída ao texto pela banca corretora. Por meio desse grupo, busca-se verificar se a melhor avaliação se relacionaria diretamente ao maior número de uso de marcas morfológicas de concordância verbal, indicando, assim, que a regra variável assumiria forte saliência na identificação dos padrões considerados cultos em situação de avaliação formal de textos escolares. Em outras palavras, na complexa matriz de características associados a mau desempenho na produção de textos, a não realização da marca de concordância padrão possivelmente constituiria, dado seu caráter estigmatizante, um possível estereótipo linguístico (cf. Labov, 1972).

3.2 As variáveis linguísticas

As variáveis linguísticas controladas podem ser distribuídas em dois grupos: as que se referem ao SN sujeito e as que se relacionam ao verbo. Os grupos de fatores que controlam o SN sujeito são os seguintes: posição do sujeito em relação ao verbo, distância entre o núcleo do SN e o SV, presença de elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo, configuração morfossintática do SN sujeito, número de constituintes do sujeito, paralelismo no nível oracional e animacidade do sujeito. As variáveis que se referem ao verbo são saliência fônico-gráfica, tempo verbal e transitividade verbal. Neste artigo, serão detalhadas apenas aquelas que se mostraram estatisticamente relevantes, considerando os resultados matemáticos fornecidos pelo programa computacional de análise sociolinguística Goldvarb-X.

4. Análise dos dados

As 400 (quatrocentas) redações de vestibular renderam 2516 (duas mil quinhentas e dezesseis) ocorrências de sujeito em terceira pessoa do plural, com ou sem marca explícita de concordância padrão, como se pode conferir nos exemplos a seguir:

- (1) Esses padrões *podem* estar relacionados à cultura (N2-0054)
- (2) indivíduos que *gosta* de se mostrar (N5-0037)

Das ocorrências levantadas, 189 (cento e oitenta e nove) não apresentam marcação morfológica de plural nos verbos, contabilizando um índice de não concordância verbal de 7,5%, conforme apresentado na tabela 1.

Variantes	Dados	Percentual
Ausência de marca de concordância	189/2516	7,5%
Presença de marca de concordância	2327/2516	92,5%

Tabela 1: Distribuição total dos dados de concordância verbal em redações de vestibular.

Dos 2516 dados, 92,5% deles apresentaram a marcação de plural, indicando que os alunos conhecem os mecanismos que presidem a norma gramatical da concordância verbal. A distribuição geral dos dados confirma a hipótese de que a realização morfológica da concordância seria alta no corpus, embora demonstre o caráter variável da regra (Labov, 2003) na modalidade escrita em contexto de avaliação de desempenho. Almeida (2010), ao analisar dados de alunos do 9º ano do ensino fundamental, obteve um percentual de 3,6% de não realização morfológica de concordância verbal, índice que confirma o amplo uso da regra prevista pela norma gramatical e idealizada como norma-padrão.

As variáveis que se mostraram significativas para o condicionamento da regra no material em análise foram, por ordem de relevância, as seguintes: (1) saliência fônico-gráfica; (2) animacidade do sujeito; (3) posição do sujeito em relação ao verbo; (4) presença de elementos intervinientes entre o SN sujeito e o SV. O valor de aplicação utilizado foi a ausência de concordância padrão, uma vez que se objetiva identificar os mecanismos que atuam (des)favorecendo o apagamento da marca verbal de plural em terceira pessoa nas redações de vestibular. Em outras palavras, os resultados permitirão descrever os contextos em que, apesar da divulgação escolar da norma gramatical de concordância, o aluno acaba por concretizar os padrões de uso popular na escrita, ainda que em situação de avaliação.

4.1. Variáveis linguísticas

4.1.1 Saliência fônico-gráfica

A variável apresentada pelo programa Goldvarb-X como sendo a mais relevante para o fenômeno da concordância no corpus em estudo foi saliência fônico-gráfica. Esse grupo de fatores é uma adaptação para a modalidade escrita do princípio da saliência fônica, proposto por Naro & Lemle (1977), segundo o qual a maior diferença entre as formas singular e plural do verbo se relaciona à maior possibilidade de realização da marcação de número e pessoa no verbo.

Foram controlados seis fatores, seguindo uma escala do menos para o mais saliente: grau 1 (tem/têm; vem/vêm); grau 2 (come/comem; fala/falam); grau 3 (faz/fazem; quer/querem); grau 4 (dá/dão; vai/vão); grau 5 (comeu/comeram; viu/viram; disse/disseram; fez/fizeram); grau 6 (é/são). A tabela 2 e a Fig. 1, a seguir, apresentam os índices absolutos, percentuais e relativos da ausência da marca de plural segundo a norma gramatical.

Saliência Fônico-gráfica	Apl./Total	%	P.R.
Grau 1: tem/ têm	63/106	59,4%	.96
Grau 2: come/ comem; fala/falam	93/1514	6,1%	.51
Grau 3: faz/fazem; quer/querem	11/137	8%	.67
Grau 4: dá/dão; vai/vão	3/113	2,7%	.31
Grau 5: comeu/ comeram; foi/ foram	4/153	2,6%	.30
Grau 6: é/são	15/493	3%	.34

Tabela 02: Atuação da variável saliência gráfico-fônica quanto à ausência da marca de plural

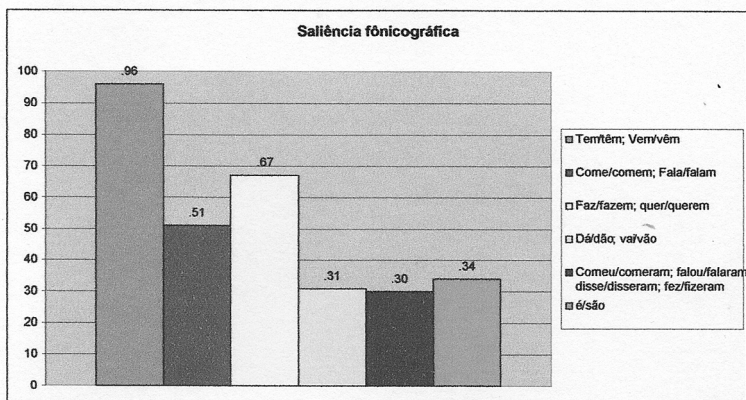


Fig 01: Atuação da variável saliência gráfico-fônica quanto à ausência da marca de plural

Os resultados, de modo geral, estão em consonância com o postulado do princípio da saliência fônica. As formas verbais dos graus 1 e 3, que apresentam saliência fônico-gráfica não acentuada entre as formas singular e plural, mostraram-se favorecedoras ao cancelamento da marca de número, com pesos relativos de .96 e .67, respectivamente. As formas referentes ao grau 2 apresentaram, contrariamente à hipótese inicial, comportamento neutro em relação ao cancelamento da marca de número, tendo em vista o índice relativo de .51. Por fim, os verbos dos graus 4, 5 e 6, que apresentam maiores níveis de diferenciação entre as formas singular e plural, retêm a marca de número plural, com pesos relativos de .31, .30 e .34.

Há que se destacar que a falta de distinção ortográfica nos pares *tem/têm* e *vem/vêm*, pelos acentuados índices (.96) de não concordância padrão, que contrastam com os obtidos para as formas nitidamente defavorecedoras da variante, justifica a seleção da variável. Sabe-se que a distinção entre as formas do grau 1 não é de natureza estritamente morfossintática, mas envolve a diferenciação especificamente ortográfica da diferença gramatical, por meio de acento circunflexo. Tendo em vista se tratar das regras de explicitação da concordância na escrita, optou-se por fazer o controle dessa oposição neste trabalho, que é o primeiro sobre o tema com base no corpus em questão. Em etapas futuras, pretende-se testar o comportamento da variável excluindo-se o controle do grau 1, a fim de aferir o efeito da diferenciação entre as formas verbais sem a atuação do mecanismo puramente ortográfico de distinção.

4.1.2. Animacidade do sujeito

Controlou-se, nesse grupo, a atuação dos traços [+/-animado] do referente que ocupa a posição de sujeito, a fim de verificar sua influência semântica para a efetivação da concordância verbal no corpus.

O controle da variável objetivou testar a hipótese de que o traço [+ animado] do sujeito favoreceria a presença da marca de plural no SV, já que a característica de alta relevância nos verbos, a de expressar eventos ou estados de coisa mais dinâmicos, estaria presente em sujeito capaz de exercer os papéis agentivos. A tabela 3 e a Fig. 2 explicitam os resultados obtidos.

Animacidade do sujeito	Valor Absoluto	Valor Percentual	Peso Relativo
+ animado	130/1812	7,2%	.45
- animado	59/704 8,	4%	.61

Tabela 3: Atuação da variável animacidade do sujeito quanto à ausência da marca de plural

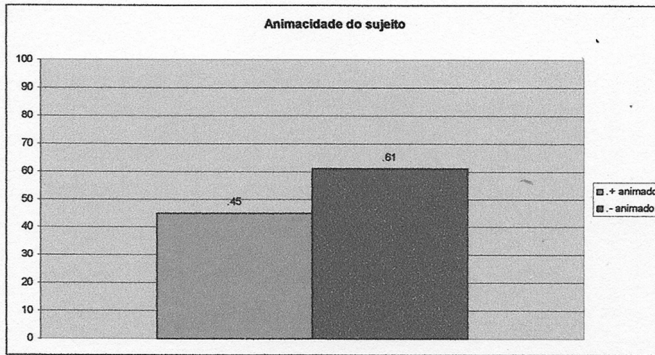


Fig 02: Atuação da variável animacidade do sujeito quanto à ausência da marca de plural

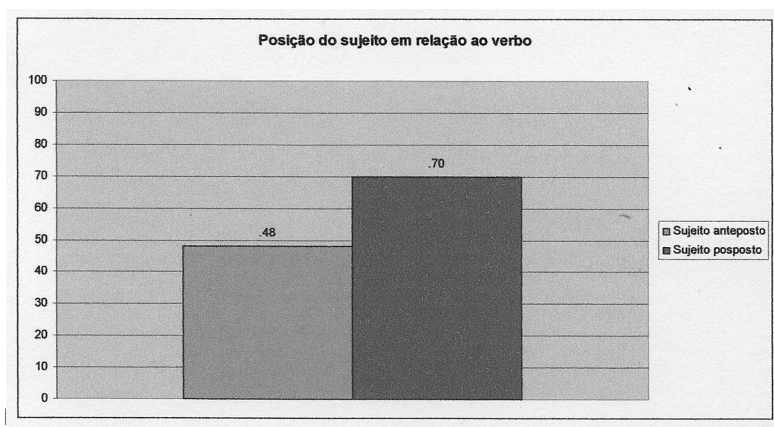
Os resultados indicam que a concordância verbal se relaciona ao grupo “animacidade do sujeito” da seguinte maneira: enquanto o traço [-animado] se apresenta como favorecedor da ausência da marca plural de concordância (.61), o traço [+animado] mostra-se desfavorecedor dessa ausência (.45). Esses resultados condizem com a hipótese estabelecida para essa variável, que pressupunha que o traço animado favoreceria a concordância em virtude de estar mais relacionado ao traço semântico de dinamicidade verbal.

4.1.3 Posição do sujeito em relação ao verbo

Com o grupo de fatores “posição do sujeito em relação ao verbo”, pretendia-se verificar se a anteposição ou a posposição do sujeito atuaria como fator condicionador da (não)-concordância verbal. Partiu-se da hipótese, já amplamente divulgada nos estudos sobre o tema, de que sujeitos pospostos tenderiam a favorecer a não realização morfológica de concordância verbal. Os resultados obtidos podem ser visualizados na tabela e no gráfico a seguir:

Posição do sujeito em relação ao verbo	Valor Absoluto	Valor Percentual	Peso Relativo
Sujeito anteposto	125/1831	6,8	.48
Sujeito posposto	15/126	11,9	.70

Tabela 04: Atuação da variável posição do sujeito em relação ao verbo quanto à ausência da marca de plural



ausência da marca de plural

Os resultados obtidos mostram que a possibilidade de não realização padrão da concordância é menor quando o sujeito está anteposto ao verbo (.48), opondo-se ao contexto de posposição do sujeito (.70), com forte tendência ao desfavorecimento da marca de concordância.

Sabe-se que a explicação desse resultado pode estar associada a diversos componentes que envolvem o funcionamento da linguagem e, mais especificamente, as construções da língua portuguesa. Por ora, destaque-se que, além da hipótese de que o processamento das estruturas antepostas e pospostas possa ser diferenciado, a interpretação do constituinte que segue o verbo pode pôr em xeque sua natureza de sujeito. Especialmente nas construções chamadas inacusativas, construções típicas do tipo VS (Verbo-Sujeito), o “status subjetivo” do constituinte posposto ao verbo não é do mesmo tipo do que se atribui ao constituinte anteposto. Em interpretações formais dessa estrutura (cf.

Mateus et alii, 2003), propõe-se estar diante de uma construção particular, visto ser constituída de argumento interno que passa à posição de sujeito.

4.1.4 Presença de elementos intervenientes entre o SN sujeito e o verbo

No controle dessa variável, observou-se a presença ou ausência de elementos entre sujeito e verbo. No caso de haver elementos intervenientes, foram controlados, inicialmente, os tipos de elementos: palavras negativas, advérbios, pronomes, preposições. Tendo em vista que a qualidade do material interveniente não se mostrou relevante à natureza da investigação, estabeleceu-se uma relação de oposição entre presença e ausência de elementos intervenientes. A expectativa é que o sujeito imediatamente anteposto ao verbo favoreça a concordância e a presença de elementos intervenientes desfavoreça a concordância.

Elementos Intervenientes	Apl./Total	%	P.R.
Ausência de elementos	96/1519	6,3%	.46
Presença de elementos	44/435	10,1%	.61

Tabela 05: Atuação da variável elementos intervenientes quanto à ausência da marca de plural

A presença de elementos intervenientes relaciona-se à não realização da concordância da seguinte maneira: com .61 de peso relativo, a presença de elementos favorece a não marcação morfológica de concordância verbal, enquanto a ausência de elementos atua de maneira contrária, com peso relativo .46. Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial de que a presença de elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo favoreceria a não concordância padrão.

O comportamento dessa variável, tal como configurada, relaciona-se, sem dúvida, à distância entre o núcleo do SN sujeito e o verbo, estabelecida em diversos trabalhos como relevante para o fenômeno da concordância verbal. Associado à distância entre o núcleo do sujeito e o verbo, está o grau de integração que se estabelece no vínculo gramatical e cognitivo entre os referentes que entram em relação de concordância, o que deve ser investigado de forma mais específica em trabalhos futuros.

4.2 Grupo de controle “avaliação do professor no quesito atendimento ao padrão culto escrito”

O estudo da avaliação linguística almeja a identificação das reações subjetivas dos membros de uma comunidade linguística mediante determinado processo de variação e/ou mudança em curso. Segundo Labov (1972, 1994), duas formas linguísticas, uma conservadora e outra inovadora, carregam consigo valores sociais que frequentemente simbolizam oposição entre status social.

Como já se sintetizou anteriormente, os valores atribuídos às formas variantes podem atingir o nível de conscientização social e configurar um caso de estereótipo, com forte apreciação negativa, ou de marcador, com apreciação que acarreta no máximo a variação no eixo do registro, de acordo com as situações de maior ou menor monitoração estilística. Não alcançando o nível da consciência, nem sempre uma das variantes goza de menos ou mais prestígio do que a outra, podendo ocorrer variação entre formas de status social semelhante, o que seria condizente com o perfil de um indicador linguístico, em termos labovianos.

Variantes linguísticas que carregam o status de estereótipo linguístico podem assumir, muitas vezes, a função de garantir a identidade do indivíduo com um determinado grupo social. Isso significa dizer que são formas partilhadas no interior de um grupo e que assinalam sua individualidade com relação a outros grupos sociais.

No âmbito da sociolinguística brasileira, pode-se observar que não são quantitativamente expressivos os trabalhos que se ocupam da avaliação subjetiva das variantes. Especificamente aplicado ao fenômeno da concordância verbal, Bortoni-Ricardo (2008) desenvolveu estudo acerca da avaliação, do qual se destacam as evidências de que, entre falantes de curso superior, a estigmatização das variantes não padrão está claramente configurada. Interessante notar que essa estigmatização não é geral entre os indivíduos que participaram do referido estudo e está nitidamente associada a grau de escolarização. É nesse sentido que, no presente trabalho, foi observada a correlação entre a avaliação do texto pela banca corretora e os índices de concordância padrão.

Os resultados obtidos por meio do controle dos índices de concordância e as notas recebidas pelas redações no quesito referente ao padrão culto escrito podem ser vistos na tabela 6, a seguir.

Avaliação do professor no quesito atendimento ao padrão culto escrito	Valor Absoluto	Valor Percentual	Peso Relativo
0,5/2,0	96/463	20,7%	.86
1,0/2,0	53/646	8,2%	.63
1,5/2,0	30/677	4,4%	.46
2,0/2,0	10/730	1,4%	.18

Tabela 06: Atuação do grupo de controle avaliação do professor no quesito atendimento ao padrão culto escrito quanto à ausência da marca de plural



Fig 04: Atuação do grupo de controle avaliação do professor no quesito atendimento ao padrão culto escrito quanto à ausência da marca de plural

É possível perceber a estreita relação existente entre a presença de marcas morfológicas de concordância verbal e a avaliação da banca corretora, maior do que a esperada na formulação da hipótese inicial da pesquisa. As redações que apresentam maiores índices de concordância segundo a norma gramatical estão no grupo de textos que receberam maiores notas. Há uma relação direta entre maior índice de ausência de marca plural e menores notas, e vice-versa.

Desse modo, fica claro que, em uma matriz de elementos caracterizadores de um texto considerado bom em termos de padrão culto, a concordância verbal, ao que parece, constitui traço de alta saliência na avaliação da banca corretora de vestibular. Confirma-se,

assim, a natureza de estereótipo da ausência de marcas de concordância verbal no PB. Em contexto de avaliação profissional do padrão culto escrito, a variante é avaliada conscientemente pelo ouvinte/falante de maneira negativa. Se for considerado o fato de que essas avaliações são do tipo correção em massa, em que frequentemente a banca aprecia os textos num ritmo bem mais acelerado do que ocorre nas situações cotidianas, em sala de aula, fica patente que o estatuto da ausência das marcas plurais constitui efetivamente um traço gramatical de alta saliência na apreciação dos profissionais de Língua Portuguesa.

5. Sistematizando as contribuições gerais da pesquisa

Cumprindo os objetivos postulados na introdução deste artigo, a pesquisa sociolinguística empreendida com a regra de concordância em redações de vestibular – que registraram alto índice de realização (92,5%) da marca número-pessoal nos verbos de 3ª pessoa – permitiu, primeiramente, descrever as restrições estruturais que definem os fatores linguísticos e extralinguísticos atuantes na amostra.

Considerando as variáveis linguísticas selecionadas como relevantes, verificou-se que desfavorecem a realização da marca morfológica de plural as seguintes estruturas:

- (i) formas verbais cuja oposição entre singular e plural revela baixo nível de saliência fônica, especialmente em graus do tipo *tem/têm*, com diferenciação garantida pelo acento gráfico, e *faz/fazem*;
- (ii) presença do traço [+ animado] no referente sujeito;
- (iii) posposição do sujeito em relação ao verbo; e
- (iv) presença de material interveniente entre o núcleo do sujeito e a forma verbal.

O conhecimento dessas estruturas, que constituem contextos de alta resistência à aquisição do padrão culto escolar idealizado para o alcance de alto grau de letramento na leitura ou na produção textual, é de fundamental importância para o profissional de Língua Portuguesa. A fim de dar conta de promover as estruturas que se localizam em todos os espaços dos contínuos de variação linguística – especialmente os de monitoração estilística e oralidade-letramento –, interessa ao professor não só apresentar as regras pertinentes ao chamado padrão culto escrito, mas também priorizar, nas atividades didático-pedagógicas, os contextos em que essas regras não se efetivam naturalmente.

No que se refere ao problema da avaliação laboviano, os resultados relativos ao grupo de controle “avaliação do professor no quesito atendimento ao padrão culto escrito” demonstraram, de forma mais evidente do que a esperada, que os índices de não realização da marca de pluralidade, um estereótipo para diversas comunidades de fala brasileiras, acompanham, nos textos analisados, o teor da avaliação dos textos por parte do professor. Em outras palavras, verificou-se uma relação direta entre as taxas de falta de concordância padrão e as notas atribuídas às redações.

Obviamente, não se pode, nos limites deste artigo, postular o peso que o fenômeno da concordância verbal tem na avaliação dos textos. Os resultados sugerem, entretanto, que, no conjunto dos elementos responsáveis pela avaliação negativa no quesito em análise, a ausência da marca de plural constitui traço saliente para a idealização do que se concebe como o “bom texto” escolar. Interessa, sem dúvida, observar, na continuidade da investigação, a matriz de traços linguísticos que, em conjunto com a concordância, configuram, na avaliação dos professores, o pleno atendimento ao padrão culto escrito da Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This article presents results from a sociolinguistic investigation about the presence or absence of 3rd person morphological marks of verbs used by students in their admission exams to the University, which is a highly monitored linguistic situation. Taking into consideration the Theory of variation and change (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2003), the investigation aims at (i) describing the variable rule, according to linguistic factors (restrictions problem), and (ii) characterizing social values of verbal forms in the context of formal evaluation (evaluation problem). The corpus consists of 400 compositions written to the admission exam at Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texts have been divided into four concepts, depending on the grade obtained to the domain of cult patterns of writing. Through correlation between the grades compositions have received and the use of (non)-verbal agreement, it will be possible to analyze the subjective appreciation of the alternative forms in the context of school evaluation.

KEY-WORDS: Verbal agreement; Linguistic variation; Evaluation

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Evanilda M. *Uso e norma: variação da concordância verbal em redações escolares*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras, UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella M. *Nós cheguem na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- _____. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (org.). *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 362-380.
- BRANDÃO, Sílvia F. & VIEIRA, Sílvia R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do Português. *ALFA – Revista de Linguística*. Vol. 56, n. 3, p.1035-1064, 2012.

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CYRANKA, Lúcia F. M. Dos dialetos populares à variedade culta: a sociolinguística na escola. Curitiba: Appris, 2011.
- FARACO, Carlos A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- GRACIOSA, Diva. Concordância verbal na fala culta carioca. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.
- LABOV, William. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. Principles of linguistic change. Oxford: Cambridge: Blackwell, 1994.
- _____. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). Sociolinguistics: the essential readings. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.
- LEMLE, Mirian & NARO, Anthony. Competências Básicas do Português. Rio de Janeiro: Mobral, 1977.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). O Português Afro-Brasileiro. Salvador: Edufba, 2009.
- MATEUS, Maria H. M. et al. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho, 2003.
- MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. Introdução à Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2002.
- MONGUILHOTT, Isabel; COELHO, Izete. “Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis”. In: VANDRESEN, P. (org.) Variação e mudança no português falado na região sul. Pelotas: EDUCAT, 2002. PP. 189-216.
- NARO, Anthony & SCHERRE, Marta. Origens do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2007.
- SCHERRE, Maria Marta P. & NARO, Anthony. J. “A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente”. In: HORA, D. da (org.) Diversidade linguística no Brasil. João Pessoa: Idéia, 1997. PP. 93-114
- VIEIRA, Silvia R. Concordância verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. Concordância verbal. In: VIEIRA, S. & BRANDÃO, S. (orgs.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, M. (2006) Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Tradução de Marcos Bagno. Revisão Técnica de Carlos Alberto Faraco. Posfácio de Maria da Conceição e Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial. A Symposium (em 1966) editado por LEHMANN, W.P. & MALKIEL, Y. Directions for Historical Linguistics. Austin-London: University of Texas Press, 1968. pp. 95-195.

NOTAS

* Texto escrito em parceria com Juliana Cristina de Paula Pires que integra o Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro na qualidade de pesquisadora em nível de iniciação científica e candidata ao Mestrado em Língua Portuguesa.

¹ O autor ainda apresenta a norma culta, aquela que resultaria do interesse purista de setores da sociedade, que não aceitam como corretas até mesmo variantes já consagradas na norma gramatical. Nas palavras do autor, trata-se “de um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura de erro e tem impedido um estudo adequado da nossa norma culta/comum/standard” (FARACO, 2008, p. 92).

Data de recebimento: 25 de março de 2012

Data de aprovação: 25 de junho de 2012